

ANÁLISE DA DETURPAÇÃO DA DEMOCRACIA LIBERAL COM O POPULISMO BOLIVIANO ENTRE OS ANOS 2000- 2015¹

Ana Carol Aldapi Vaquera (UFPB)

Resumo: Procura-se estudar o sistema político boliviano – de formação colonial, estruturada por uma oligarquia branca e segregacionista que fortalece a condição dependente e periférico do país – para compreender o momento de crise do velho sistema e a instauração da democracia populista num mesmo sistema democrático liberal. Desde os anos 2000, a Bolívia tem passado por um processo de reivindicação do sistema político, no qual novos atores surgem desde os movimentos sociais. Não obstante, este cenário foi aproveitado por um *outsider* da política boliviana: Evo Morales, que foi Presidente desde 2005. Evo Morales surge como figura autoritária, demagógica, paternalista, personalista e se adjudica ser o precursor do processo de reivindicação com um discurso contrário ao sistema anterior. Ao cooptar o sistema de representação, Evo Morales estabelece uma democracia populista. Desta forma, o populismo boliviano se aproxima de um parâmetro democrático liberal que terminará consolidando aliança com a velha burguesia oligárquica do país.

Palavras-chave: Democracia. Populismo boliviano. Evo Morales

¹ Trabalho apresentado no 44º Encontro Anual da ANPOCS. SPG47 – Teoria Política: Pluralismo, Universalismo e Crise Democrática.

Introdução

Desde o ano 2000, a Bolívia tem passado por um processo de reivindicação e reestruturação do sistema político, onde novos atores se destacaram e possuem grande importância. Desde os movimentos e setores sociais, emerge no cenário da política nacional, Evo Morales, um político *outsider* que põe em xeque um sistema político social já desgastado.

Revisar os fatos históricos estruturados no país e repassar o passado e a herança colonial é entender que, sem dúvida, tais fatos influenciam na conformação política; na sua posição como país periférico dentro do cenário internacional, com uma economia primária e dependente que é controlada por uma oligarquia entreguista. Estes elementos, decerto, incitaram a crise boliviana na época. Portanto, a recente transformação política na Bolívia segue a análise de uma complexa construção social do país em torno de um conjunto de grupos heterogêneos e populares que reivindicam sua inclusão política no processo de reestruturação de Estado no governo de Evo Morales.

Neste artigo, apresenta-se as características populistas do governo de Evo Morales para problematizar os espaços democráticos. O objetivo principal consiste em revisar o debate político sobre populismo e democracia para analisar adequadamente o governo populista de Evo Morales, o qual tem o propósito de superar a crise do sistema político, social e econômico. Ao revisar o populismo e a democracia como conceitos para analisar os processos políticos determinados pela condição social e cultural da Bolívia e identificando se as massas foram incorporadas ao sistema de decisões durante o governo de Evo Morales até o ano 2015, tem-se a intenção de caracterizar a sua política governamental na articulação entre a gestão do aparelho de Estado e a relação com a sociedade civil.

A hipótese retoma ao problema sobre a reestruturação do Estado em função da inclusão das bases sociais, através da consolidação de um governo populista e seu processo de cooptação no sistema de representação que terminará consolidando uma aliança com a velha burguesia oligárquica do país.

No governo de Evo Morales vai se erigindo uma arbitragem entre as antigas classes no poder e as novas classes e grupos populares organizados, que mostram sua força por meio dos movimentos sociais emergentes. Nesse sentido, Evo Morales torna-se um sujeito da conciliação

das classes, que mantém a ordem ao mesmo tempo em que permite algumas reformas progressistas com a finalidade, sobretudo, de diminuir as tensões sociais.

1 Contexto histórico boliviano e a assunção de Evo Morales

Desde o ano 2000, a Bolívia passou por um processo de reivindicação e reestruturação do sistema político, onde novos atores alcançaram importância. No cenário da política nacional, a partir dos movimentos e setores sociais, surge Evo Morales: um político *outsider* que reivindica, desde seus movimentos sociais, os interesses dos setores marginalizados.

Assim, é importante revisar os fatos históricos que levaram a estruturação do país. Repensar seu passado e herança colonial, que, sem dúvida, influenciaram na conformação política; na sua posição como país periférico dentro do cenário internacional, com uma economia primária e dependente que é controlada por uma oligarquia racista e alienada. Estes elementos iniciaram a crise boliviana naquela época.

Por outro lado, a Bolívia se projeta como país mediterrâneo, logo ao ter perdido a Guerra do Pacífico²; e, posteriormente, a Bolívia se projetou constantemente, por repetidas ocasiões, para o Oceano Pacífico. Portanto, para Bolívia o território perdido era um complemento indispensável do Maciço Andino que formava a Cuenca do Altiplano. A vitória chilena em 1879, suspendeu a soberania boliviana e reduziu a do Peru. O resultado da contenda bélica entre as três nações não impediu, não obstante, que a Bolívia prossiga gravitando sobre todo o extenso litoral.³

Sem dúvida, as consequências da Guerra do Pacífico, para Bolívia, foram significativas tanto para sua composição geográfica como para a sua articulação política. A Guerra do Pacífico trouxe graves consequências que até então a Bolívia não tinha enfrentado com outros países vizinhos como a conflagração bélica, limitação do cenário geopolítico e econômico. Portanto, a Bolívia limitou-se a ser um país mediterrâneo e dependente da costa de outro país.

² A Guerra do Pacífico foi um conflito bélico disputado entre a Bolívia e o Peru contra o Chile em 1879. Depois do período de conflitos entre Chile e Bolívia, uma controvérsia sobre o pago de imposto à Bolívia pela exploração do guano, assim, Chile invade o Departamento do Litoral, pelo que o governo boliviano declara a guerra contra o Chile, em 14 de fevereiro e, 3 meses depois involucrou-se o Peru – país que devi-o honrar o Tratado de Confederação Peru-boliviana. Ver mais em Cusicanqui, Jorge. História Diplomática da Bolívia I. 2013.

³ CF. Cusicanqui (2003, p.39).

Com a perda da costa marítima, a Bolívia teve que se reestruturar e precisava se projetar territorialmente pois o Estado não exercia uma real soberania em todo seu território.

Por outro lado, se exteriorizou um conflito interno entre dois polos pelo poder. De um lado estava a elite impulsada desde Sucre, representada pelos conservadores, e, do outro lado estava a linha dos liberais impulsada pelo grupos de poder e donos de minas – defensores da ideia de recuperar o litoral perdido e para o uso dos portos, pois pagar impostos a Chile ia contra seus interesses económicos e políticos na época. Este conflito resultou em uma guerra civil que durou um ano, entre 1898 e 1899, com o triunfo do Partido Liberal que mudou a sede de governo de Sucre para o *Palacio “Quemado”* em La Paz⁴.

Portanto, a Bolívia era um país desestruturado politicamente, que tinha grande dependência econômica e com uma herança colonial que regulava as relações de poder e sociais de toda a República. Nesse cenário, a elite estava preocupada em controlar o poder para benefício próprio, a qual nunca teve interesse de projetar e construir um país plural.

1.1 Formação da República de Bolívia e dependência político-econômica

A luta pela independência contra o Império espanhol dá lugar à constituição da República Boliviana, que foi impulsada no campo de batalha pelos indígenas. Os indígenas foram uma peça fundamental tanto para vitória sobre as forças do império espanhol como também durante o período republicano. Não obstante, a formação histórica do Estado boliviano se caracterizou por ignorar as formas sociais articuladas na mono etnicidade indígena como sujeitos coletivos detonadores de prerrogativas governamentais. Essa qualidade do Estado boliviano é, portanto, uma herança colonial encontrada nas classes sociais culturalmente homogêneas e diferenciados pelas comunidades culturais indígenas, que, além do mais, constituem a maioria da população⁵.

Ao se organizar como uma sociedade estrutural e, maioritariamente, nem industrial nem individualizada que tenta manter instituições modernas. Entretanto, tais instituições não correspondem à sociedades superpostas à dinâmica social pelo fato da cultura das instituições liberais foi superada por movimentos sociais que questionam a validade da institucionalidade

⁴ CF. Reinaga, (2010, p. 62).

⁵ CF. Garcia, (2009, p. 425).

estatal republicana que aparenta manter uma estrutura moderna enquanto carece das bases estruturais e materiais⁶. A partir da discórdia do sistema de crenças hegemônicas do Estado Liberal começa a surgir uma fragmentação de autoridade governamental e, portanto, não se evidencia uma dominação estatal legítima sem consenso dos dominados. “De fato, poder-se-ia dizer que em todo este período a exclusão étnica convertia-se em eixo articulador da coesão estatal” (GARCIA LINERA, 2009, p. 455, tradução própria)⁷.

Assim, no período de regime liberal a exploração de minerais seria a única força econômica e articuladora da oligarquia boliviana, na liderança de Patiño, Aramayo, Hochschild⁸. Este novo bloco de poder exercerá pressão e controle político sobre o frágil sistema econômico dos anos 1920-1930. Contudo, a descontinuidade do Estado liberal na Bolívia, junto com as sequelas coloniais, proporcionou a crise do sistema liberal enquanto os movimentos operários começaram a ganhar força e a se articularem politicamente – gestando-se desde as minas até as cidades. Em consequência, a crise da estrutura republicana do Estado se relaciona com a fissura colonial do Estado no sentido que as forças indígenas tem peso de contra poder determinado uma interpelação ao Estado, originando à Revolução de 1952.

1.2 Revolução de 1952

“Devido os massacres dos índios mineiros do Século XX, e dos índios fabris de La Paz (1949-1950), chega o estalido de 1952; graças à grão gesta índia de 9 de abril, os nacionalistas fizeram a “sua” República da “Revolução nacional”.” (REINAGA, 2010, p. 59, tradução nossa)⁹. Em tal razão, surge uma nova força de liberação alinhada com o movimento indígena que procura a ruptura do sistema republicano, pois este representaria substancialmente um *apartheid* político na formação e inclusão dos “cidadãos” e a exclusão dos “não cidadãos”, conformando e reproduzindo a exclusão político-cultural como normatividade do Estado.

⁶ CF. Idem, p. 426.

⁷ De hecho, se puede decir que en todo este período la exclusión étnica se convertirá en el eje articulador de la cohesión estatal” (GARCIA LINERA, 2009, p. 455).

⁸ Conhecida como a rosca mineira na Bolívia por representar as três famílias mais dinheiradas na época, graças à exploração dos minerais como estanho e Plata.

⁹ Gracias a las masacres de indios mineros del Siglo XX, y de los indios fabriles de La Paz (1949-1950), llega la llamarada de 1952; gracias a la gran gesta india del 9 de abril los nacionalistas hacen a su turno “su” República de la “Revolución nacional”. REINAGA, 2010, p. 59.

Na Revista de Estudios Políticos (1980) se evidencia que as transformações socioeconômicas acontecidas na Bolívia como consequência da *Revolução Nacional* podem ser consideradas reformistas com uma ideologia de tipo nacionalista, a qual aposta a uma terceira via entre capitalismo e socialismo. Este modelo procurava a harmonização das classes sociais através de uma política econômica de redistribuição de ingressos sem alterar o regime de propriedade. Se ampliam os direitos cívicos e políticos.

As modificações que têm tido lugar na Bolívia a partir de 1952 marcam um importante corte na história do país, separando uma época *tradicional* de uma etapa *modernizante* claramente concebida para o objetivo de um adiantamento acelerado, embora na práxis surge inevitavelmente uma correção restrigente das metas originais. (REVISTA DE ESTUDIOS POLÍTICOS, 1980, p. 118, tradução própria)¹⁰.

Assim, a Bolívia nunca passou por um período exclusivamente liberal nem teve projeções de industrialização. Portanto, as formas reformistas da Revolução Nacional tiveram um transformador de atraso, de tradicionalidade e estancamento. Além do alto grau de regionalismo político e as demandas políticas provenientes dos estratos sociais inferiores anteriores a 1952.

A fragmentação regional do país e a existência de estruturas econômicas díspares entre si, impediram a formação de um sistema de classes e estratos sociais homogêneos para a estruturação da República. Fora do meio urbano, numerosas comunidades indígenas dedicadas a uma economia de subsistência sem organização hierarquizada e diferenciada mantiveram suas formas de produção e convivência tradicional. Contudo, subministravam mão de obra barata e os produtos agrícolas.

Todavia, como se ressalta na Revista de Estudios Políticos (1980), o problema mais significativo no setor tradicional antes de 1952 estava representado no sistema de tenência e aproveitamento de terras, um modo de propriedade e produção arcaico-tradicional, embora edificado em estilo cooperativo. A produção agrária era dependente do latifúndio. No entanto, a acumulação de riqueza e poder em pequenos núcleos familiares têm fomentado diretamente

¹⁰ Las modificaciones que han tenido lugar en Bolivia a partir de 1952 marcan un importante corte en la historia del país, separando una época de carácter eminentemente tradicional de una etapa modernizante claramente concebida para el objetivo de un adelantamiento acelerado, aunque en la praxis surgió inevitablemente una corrección restrigente de las metas originales. (REVISTA DE ESTUDIOS POLÍTICOS, 1980, p. 118)

o mal-estar sociopolítico o que teria propiciado um ambiente revolucionário tendente a nacionalização das grandes propriedades mineiras.

O descontentamento das camadas empobrecidas foram canalizadas pelo Movimiento Nacionalista Revolucionario (MNR) - partido que inicialmente inclinava-se por uma ideologia nacionalista, que a partir de 1946 foi adquirindo características reformistas de esquerda e se incorporaram aos objetivos da reforma agrária, estatização das grandes empresas mineiras e o direito universal de voto.

Com a estatização das grandes empresas mineiras pretendia-se alcançar o controle nacional sobre a produção e comercialização dos minerais, tinha a intenção de canalizar os ganhos das empresas privadas e redirecionar os ingressos a outros setores econômicos com a finalidade de diversificar a estrutura produtiva do país. A estratégia de diversificação levou a intensificar os rubros ganaderos, agrícolas, agroindustriais e petróleo, modificando substancialmente a composição e dinâmica da economia boliviana. Assim, gerou novos pólos de desenvolvimento, mas sem excedentes suficientes para gerar um desenvolvimento factível aos outros rubros da economia. As minas no poder do Estado tiveram que ser subsidiadas pelo governo, o que foi agravado pela descapitalização da *Corporación Minera de Bolivia*. A partir da crise de estrutura do modelo de crescimento econômico gerou um processo de deslegitimação social do sistema político – entre a frustração do projeto liberal que nunca se materializou na articulação de novas demandas.

No processo de descapitalização da *Corporación Minera de Bolivia* se teve uma grande quantidade de mineiros que foram realocados pelo fechamento das minas, levando a uma migração de mineiros pelo resto do país. Neste grupo de migrantes estavam os pais de Morales que tiveram que se deslocar de Orinoca-Oruro ao interior de Cochabamba, no Chapare, onde Evo Morales começaria sua formação sindical e diligência nos movimentos cocaleiros.

1.3 A complexa estrutura do Estado Boliviano na conformação de organizações pluriétnicas e multiculturais

A complexidade do sistema boliviano está relacionada a diversos atores que em distintos tempos políticos lideravam um processo de decomposição do sistema político “tradicional” e, posteriormente, a um processo gradual de estabilização em coparticipação do partido de Evo Morales, o Movimento Al Socialismo (MAS).

O MAS é uma organização política liderada por Evo Morales, representa a coalizão eleitoral de múltiplos movimentos sociais urbano-rurais que mantiveram o número majoritário no congresso por vários anos, representando a primeira força eleitoral do país desde as eleições de 2005.

Neste transcurso, a construção de uma cultura democrática faz imperiosa a necessidade de decodificar a estrutura da dinâmica social boliviana, permite-se fazer leituras sobre os processos de mudanças e articulações junto com as transformações sociais. A estrutura social boliviana foi composta como um Estado monoétnico e monocultural. Com uma população de cerca de 62% que se identifica com algum povo originário e que fala algum idioma originário sendo excluído.

Dentro das comunidades indígenas que subsistem no país, *os aimarás* chegam a representar pouco mais de cinco milhões e meio de pessoas, que, junto com *os quechuas* formam as duas comunidades indígenas histórico-culturais mais grandes do país.

Garcia Linera (2009) considera que os fatos acontecidos a partir do ano 2000 levaram a um novo ciclo da insurgência indígena no país, dirigida a disputar a condução estatal e a hegemonia político-cultural da sociedade. Embora os primeiros levantamentos indígenas tem sua emergência no movimentos *indianista-katarista* dos anos setenta; primeiro com o movimento de terras altas, cobrando presença com um discurso interpelador; logo, os indígenas de terras baixas visualizaram os mecanismos de exclusão de dezenas de povos esquecidos pela sociedade como sujeitos de direito; e, finalmente, em meados da década dos noventa, os *cocaleros* converteram-se no setor que mais esforço realizou em resistir às políticas de erradicação da folha de coca.

Portanto, a importância histórica dos movimentos sociais radica na capacidade de reconstruir o tecido social e autonomia frente ao Estado. Criam-se mecanismos de participação, de adesão e filiação coletiva a escala regional e nacional que foram se adequando à conformação híbrida e porosa das classes e identidades sociais. Garcia Linera (2009) também fez ênfase nos movimentos sociais, especialmente indígenas, para à articulação das necessidades entorno à defesa do território e controle dos bens da terra e água. Este referente seria uma das bases de fundação orgânica da nova estrutura político partidária do MAS, seguindo os eixos para a reestruturação estatal que pretendia-se seguir nos seguintes anos de governo.

2 Tergiversação da democracia liberal: Do Estado Liberal ao Estado Plurinacional

Bolívia é composta por organizações e sujeitos sociais plurais, que devem garantir a seletividade de fins, ou seja, devem concentrar essa pluralidade de demandas e reivindicações em fins específicos.

Destacar que ante o processo global que vem promovendo o debate de consolidação democrática é fundamental questionar o modelo de democracia liberal ante uma mudança de cenário cheia de enigmas. Num mundo de retrocesso de direitos civis, políticos e sociais, se deve realizar um minucioso análise, contextualizando o debate contemporâneo para entender seu processo em países periféricos e sem uma consolidação democrática.

Ao diferenciar os movimentos mestiços insurgentes das cidades, os movimentos rurais, se compreende que os operários mantém uma coesão sindical em formas organizativas urbanas aglutinando associações laborais, gremiais, estudantis, etcetera. Não entanto, a comunidade indígena foi conformada por outra ação coletiva de movimentos sociais, embora seja de formação urbana ou rural. O movimento indígena representa a forma articuladora dos grupos sociais e outros modelos de unificação influenciados pela atividade econômica e cultural campesino-indígena, por tanto, conformar-se-ia outra ação coletiva de movimento social. A unificação de uma sociedade inteira que se movimenta no tempo¹¹.

Assim, foram criadas redes de mobilização coletiva, que impulsaram a movimentos sociais como: *Coordinadora del Agua y la Vida*; o movimentos de *Sin tierra*; *Consejo Nacional de Ayllus y Markas del Qullasuyo (CONAMAQ)*; *Confederação Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia (CSUTCB)*; *Confederação de Colonizadores*; *Productores Cocaleros*, *Coordinadora de Pueblos Étnicos de Santa Cruz (CPESC)*; *Juntas vecinales*; entre outras.

A demanda social é redirecionada ao conjunto de demandas de necessidades vitais¹² que competem a várias camadas dos segmentos populacionais subalternos, assim como o salário indireto é componente do legado histórico cultura da identidade, neste caso, dos indígenas que

¹¹ CF. Garcia Linera, (2009, p. 460-461).

¹² As necessidades vitais de estes grupos reivindicativos são traduzidas ao direito de acesso à água, território, serviços e recursos públicos como hidrocarburos e educação.

também representam a ação política frente ao sistema institucional estatal que foi racionalizado da dominação e a exclusão dos indígenas.

Na dinâmica capitalista – que exportam um tipo de democracia burguesa – surgem grupos ou massas envolvidas em políticas diretas e indiretas, não obstante, não necessariamente mantém uma representação formal. Nos últimos anos, surgiram uma multiplicidade de organizações proletárias que não sempre terminam representadas formalmente, a despeito, a própria burguesia na sua intenção de concorrer eleitoralmente, intenta incluir à massa sem responder as suas demandas, este processo gera uma crise de representação política, ao marginalizar estes sujeitos coletivos de decisão política, e por tanto, da sua participação no processo político.

Por outro lado, no ano 2000 a guerra da água¹³ foi uma luta reivindicativa de direitos y revitalização das mobilizações populares. Por tanto, é necessário um pluralismo de organizações de massa que possam ampliar a esfera política com a criação de organismos e coletivos fora do Estado. A queda dos governos neoliberais entre os anos 2003 e 2005 representam a deslegitimação dentro do sistema partidário de partidos “tradicionais”, ou seja, o sistema partidário começa a debilitar seu sistema de representação de partidos que conjugaram a partidocracia¹⁴, ou seja, os partidos deixaram de ser intermediários entre sociedade civil e Estado. Assim, a sociedade boliviana encontrava-se pressionada entre o decaimento de uma sistema político que não estava funcionando e o desgaste de uma democracia liberal excludente.

Esta democracia liberal inaugurada em 1985 negligenciava por parte do Estado à atenção aos mais vulneráveis. As políticas neoliberais e a democracia liberal representavam a ditadura da classe burguesa que impuseram o Estado de sitio nos seus governos, caracterizando

¹³ Começou com a assinatura de um contrato anódino que abriu as portas para lucros copiosos, sem adquirir capital estrangeiro, pois as contribuições viram dos usuários, em uma população onde mais da metade não tinha o serviço básico, quer dizer, mais da metade da população pagariam por um serviço que não teriam. Junto com isso, o Banzer promulgou a “Lei da Água” que permitia conceder monopólios no fornecimento de água, obrigando a conexão com a rede de concessionária. Consequentemente, uma aliança entre os habitantes da capital e as cidades intermediárias e camponesas para lutar pelo elemento líquido. Para obter mais informações, consulte Manuel de la Fuente em “A guerra pela água em Cochabamba: Crónica de uma vitória dolorosa”.

¹⁴ O retorno da democracia de participação popular do voto em 1980 impus uma liderança de determinados partidos, por tal razão, os partidos começaram a pactuar. Com governos posteriores à UDP que não conseguiram chegar ao cinquenta por cento mais um (50%+1), começaram com o chamado “cuoteo”, quer dizer, o presidente era eleito por negociação de cargos públicos. Como resultado, este período foi chamado “democracia pactada” ou “o pacto da democracia”. Gonzalo Sánchez de Lozada destaca-se neste período. *Giro ideológico, cambio político en Bolivia* de Héctor Luna Acevedo, 2006.

uma forte influência autoritária de Estado. Os governos que eram “eleitos nas urnas” transformavam seus mandados numa imposição de ditaduras caprichosas da classe governante.

3 Evo Morales a sua liderança política

O resultado que havia deixado o desastre de um sistema pre-capitalista, manifestou-se nas sublevações populares de 2000-2003. A reestruturação do Estado através de uma Assembleia Constituinte seria um passo à recomposição de um novo ordem social. Neste contexto, era fundamental para estabelecer novas estruturas sócio-políticas, a demanda que desde há muito tempo era exigida pela base popular, e que, finalmente foram legitimadas depois da crise de Estado em outubro de 2003.

As alianças das elites econômicas dominantes começaram a mostrar fadiga por parte do desgaste do modelo neoliberal. Com a transferência do capital de empresas públicas a setores privatizados e a má distribuição e a pouca geração de excedente pela exploração de recursos, como o gás, evidenciou o caráter primário exportador do país como forma de enclave da economia boliviana¹⁵.

A queda do modelo econômico liberal demonstrou um declive estrutural no país com a atividade hidrocarburífera, que até 2005 estava em mãos dos investidores estrangeiros. Ademais da privatização dos serviços e a falta de ingressos e tecnologias do país, outra consequência direta do semi capitalismo instaurado na Bolívia levou à precariedade laboral e assalariada.¹⁶

As mudanças de dependência dos produtos de exportação tem transformado as estruturas econômicas do país e as estruturas territoriais do poder político. Estes setores em pugna, lutam para se fazer da administração do Estado. “[...] a modificação do controle e propriedade da indústria hidrocarburífera no país tem mudado drasticamente a situação económica.” (GARCIA LINERA, 2010, p. 515, tradução nossa)¹⁷

¹⁵ CF, Idem. p. 430.

¹⁶ O modelo de privatização iniciado em 1989 levou à terceirização do setor de um 58% à 68%, segundo dados do Centro de Estudios para el Desarrollo Laboral y Agrario (CIDES). 7 de cada 10 empregos são de baixa qualidade, com tecnologia artesanal e relações semi- assalariadas, sendo precários, insatisfatórios e mal remunerados, por tanto, Bolívia teve uma involução económica da diminuição do salário e da sua atividade laboral. Garcia, Álvaro, A potência plebeia, 2009.

¹⁷ “[...] la modificación del control y propiedad de la industria hidrocarburífera en el país ha cambiado drásticamente la situación económica. GARCIA, 2010, p. 515.

Na liderança de Evo Morales e Álvaro García Linera, no 2005, o MAS obteve o 53,7% dos votos, representando um discurso anti-neoliberal de esquerda, aglutinando as reivindicações dos movimentos sócias e povos originários¹⁸ A proposta do partido de Evo Morales, alienava-se nas reivindicações além das próprias reivindicações como setor, tiveram como eixo a recuperação dos hidrocarburos; o discurso de nacionalização e; Assembleia Constituinte. Desta forma, o partido se presentava como resposta ao momento político e a crise social em luta contra o neoliberalismo.

Para Gildardo e Bueno (2013) o populismo neoliberal latino-americano emergiu com políticas económicas neoliberais, com sistemas que mantém determinadas características não compatíveis com o neoliberalismo determinando as seguintes características: a) Padrão de liderança político personalizada e paternalista que pode ser carismática; b) a mobilização política vertical, se subordina aos mecanismos e instituições de mediação política; c) ideologia eclética e antiestabelecimento que promulga a necessidade de mudança drástica enquanto as relações político sociais; d) coalisão de apoio multiclassista baseada nos setores urbano rurais e; e) o uso sistemático de políticas e métodos redistributivos e clientelistas, com os que se logra o apoio de setores populares.

Evo Morales, um político outsider, enalteceu seu discurso e perfil numa sociedade que não contava com uma democracia eficiente, porém termina se posicionando encontra do estabelecimento. E assim, como plante-a Laclau, o populismo surge historicamente ligado a uma crise de discurso ideológico dominante (discurso de hegemonia liberal), que, a sua vez, parte de uma crise social mais geral, a qual pode ser entendida como uma crise social mais geral, e que pode ser entendida como uma crise grave no bloque de poder que leva a uma das frações a tentar estabelecer a hegemonia através da mobilização de massas¹⁹.

De alguma forma, o peso de uma democracia com participação limitada para uma democracia com participação ampliada gera rupturas no ponto de vista político. A mobilização de massas, de forma prematura, gera pressiones sobre o aparato político, não obstante, a integração de massas não acontece como no modelo europeu, gestando a possibilidade de manipulação das massas como forma de manter o status quo a favor das elites. Para Wellfort, o

¹⁸ A linha do MAS-IPSP aglutina no seu programa ideológico os ideários das vertentes indigenistas, as reivindicações dos movimentos sociais e sindicais.

¹⁹ CF. Lúgia Prado, María, (1981, pp. 8-9).

populismo, representa uma expressão da emergência das classes no cenário político que volta possível o momento da crise aguda no sistema liberal-oligárquico.

Não obstante, as diretrizes do partido – que terminou cooptando o sistema de decisões dos movimentos sociais – e suas perspectivas de transformação indígena-plebeia nas estruturas de poder, foram impulsadas em duas perspectivas. Garcia Linera (2009) as caracteriza da seguinte forma: A primeira corresponde a uma mudança gradual através da via eleitoral, ou seja à articulação do projeto entorno a Evo Morales com consenso ampliado entre outros líderes e movimentos sociais que deveriam conformar um bloque social unificado com os setores indígenas respaldados com propostas de cambio constantes que fossem atraentes aos grupos urbanos de classe meia, populares ascendentes e incluso, setores empresariais vinculados ao mercado interno. A segundo perspectiva, seria a mudança insurrecional através da transformação revolucionaria, que não necessariamente apresenta-se antagonica ao modelo neoliberal pois poderia resultar complementaria ao polo indígena-plebeia.

Não entanto, o tema de autonomias e descentralização encontra-se presente por meio dos comités cívicos, ao mesmo tempo que retomava-se a democracia plural e ampliada os setores empresariais representaram ao grupo mais relutante à aceitação dos grupos indígenas nos centros de poder.

A luta hegemónica entre estes dos polos de luta ideológica, entre forças reivindicadoras de poder centralizado e descentralizado, foi promovido ante a confrontação de carácter classista, por um lado, e étnico pelo outro, além de adicionar a confrontação regional, tudo promovido pela Lei de Participação Popular²⁰ que procura a descentralização administrativa do Estado. Por tanto, a Bolívia encontra-se imersa num processo simultaneamente de ação polarizada, classista, étnica e regional. A articulação deste grupo com as escamas de poder central levaram a uma articulação de setores que viabilizaria o projeto estatal durante vários anos seguindo a mesma ordem do modelo neoliberal de 2003.

²⁰ A Lei de Participação Popular tem seu fundamento na ascensão das demandas de descentralização impulsada por Santa Cruz, reivindicada por Cochabamba, Sucre e Potosí; esta lei, levou às elites cruceñas à ocupação de espaços de poder na estrutura estatal, levando à liderança empresarial na região através do apoio regional dos setores laborais e populares.

Conclusões

Os movimentos descolonizadores em pro do pluralismo cultural, o estatismo produtivo, a democratização social da política e a desconcentração territorial do poder são elementos que minam o campo político boliviano, sua conquista seria uma vitória simbólica das forças socioeconômicas emergentes que deveriam reconhecer a diversidade estatal: um Estado descentralizado e produtor. A transição estatal apresenta-se como um fluxo de marchas e contramarchas que afetariam as estruturas tradicionais de poder econômico e de correlação das forças políticas e simbólicas com a finalidade de construir uma força dominante ao mesmo tempo, e com a mesma persistência e continuidade, procurando restituir o Estado desde adentro.

A discussão sobre as formas de populismo, em virtude da transformação do sistema político corresponde ao debate sobre as consequências finais do populismo. Assim como Welffort entende ao populismo como comportamento político de um momento de crise de modalidade “tradicional” da atuação das elites políticas, se geram novas possibilidades de participação popular. Por tanto, seria a expressão política das classes sociais para ir além dos grupos de representação “tradicional” mas que não representam realmente a todas as camadas sociais.

O governo populista de Morales surge do seio do neoliberalismo, pacta com as elites outorgando-os privilégios sobre as camadas populares. De tal forma, a estrutura orgânica do partido vá-se subordinando aos mecanismos e instituições da mediação política. Deixa a representação dos movimentos sócias e indígenas, os mesmo tempo que a relação Estado e sociedade civil ira-se desvinculando.

Referências

BUENO, Romero; GILDARDO, Antonio. El populismo como concepto en América Latina y en Colombia. Medellín: **Estudios Políticos**, p. 112-137, 2013.

FREITAS, Marcos Luã Almeida de. El pensamiento Indio: fausto reinaga. In: SEMINÁRIO AMÉRICA LATINA: CULTURA, HISTÓRIA E POLÍTICAS, 1., 2015, Uberlândia. **El pensamiento indio**. Uberlândia: Sn, 2015. v. 1, p. 1-10.

_____. Fausto Reinaga e sua "Tesis India": o intelectual, a teoria e a luta política. In: XXII ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA ANPUH/RS, 1., 2014, São Leopoldo. **Fausto Reinaga e sua "Tesis Índia"**. São Leopoldo: Sn, 2014. v. 1.

GARCÍA, Álvaro (Ed.). **Sociología de los movimientos sociales en Bolivia**: estructuras de movilización, repertorios culturales y acción política. Cochabamba: Plural Editores, 2010.

_____. **La potencia plebeya**: acción colectiva e identidades indígenas, obreras y populares en Bolivia. 2. ed. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Clacso, 2009.

KAYSEL, André. A primeira Polêmica sobre o populismo na América Latina. **Crítica Marxista**, São Paulo, n. 43, p. 95-115, 2016. Disponível em: www.ifch.unicamp.br/criticamarxista. Acesso em: 16 set. 2020.

_____. Caminhos cruzados: Marxismo e Nacionalismo no Brasil e no Perú (1928-1964), **Lua Nova**, São Paulo, n. 106, p. 247-275, 2019.

LA FUENTE, Manuel de. **La "guerra" por el agua en Cochabamba**: crónica de una dolorosa victoria. Cochabamba: Sn, 2000. p. 12.

LACLAU, Ernesto. **A razão populista**. São Paulo: Três Estrelas. (2013[2005]).

LEVITSKY, Steven; LOXTON, James. Populism and competitive authoritarianism in the Andes. **Democratization**, Londres, v. 20, n. 1, p. 107-136, jan. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13510347.2013.738864>. Acesso em: 20 ago. 2019.

LUNA ACEVEDO, Héctor. Giro ideológico: Cambio político en Bolivia dentro del paradigma plurilingüe y multiétnico. **Temas sociales**, La Paz, n. 27, p. 175-194, 2006. Disponible en <http://www.scielo.org/bo/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0040-29152006000100006&lng=es&nrm=iso>. Accedido en 08 marzo 2020.

MOUFFE, Chantal. **Por um populismo de esquerda**. São Paulo: Boitempo. 2019.

MUSSI, Daniela; KAYSEL, André. Os populismo e Francisco Weffort. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 35, n. 104, p. 1-21, 2020.

REINAGA, Fausto. **La revolución India**. 4. ed. La Paz: Minka, 2010.

REVISTA DE ESTUDIOS POLÍTICOS. La Paz: Nueva Época, v. 17, octubre-noviembre. 1980.

SCHAVELZON, Salvador. **El nacimiento del Estado Plurinacional de Bolivia**: etnografía de una asamblea constituyente. La Paz: Plural Editores, 2012.